

## INDÚSTRIA E CONSTRUÇÃO

*Marcos Meneguci*

Mais do que termômetro, o setor da construção civil é o motor propulsor do crescimento de qualquer economia. Sinalizador do investimento, toda a infraestrutura necessária ao desenvolvimento, com o direcionamento de recursos para educação, saúde e segurança, sistemas de transportes eficientes e matrizes energéticas adequadas, é resultado da atividade econômica da construção civil. Um dos maiores indutores de emprego e renda, responsável por empregar inclusive a mão de obra de baixa qualificação, é o segmento que mais vem sofrendo com a crise econômica que se instalou no país, desde o segundo trimestre de 2014, agravada pelos escândalos de corrupção envolvendo agentes públicos e algumas das maiores construtoras do país.

Com a retração da atividade econômica, a indústria brasileira opera atualmente nível de ociosidade de 21,9%, segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o que tem inviabilizado novos investimentos. Dada a sua importância para o desenvolvimento de tecnologia, geração de empregos, aumento do consumo das famílias e aumento das exportações, a redução da atividade industrial no Brasil levou a economia a estagnação. A reduzida credibilidade do governo, o rebaixamento das notas de crédito do Brasil junto às agências internacionais, o aumento do risco país e o ambiente de incerteza política, comprimiram os investimentos industriais, afetando diretamente a construção civil, responsável pela implantação dos grandes projetos.

Diversas foram as crises enfrentadas pelo Brasil ao longo de toda a sua história. Seja as que se ocorreram em 1945 e 1964, caracterizadas pela derrubada de forças no poder, seja as de 1930 e 2009, motivadas por fatores externos, em todas as situações a economia brasileira demonstrou capacidade para se recompor ao longo de um período máximo de um a dois anos.

Ao contrário das instabilidades anteriores, a prolongada estagnação econômica que atinge o país é decorrente da deterioração fiscal, consequência de erros estratégicos cometidos pelos governos no decorrer dos últimos 10 anos. O uso do crédito direcionado abundante, do aumento dos gastos do governo e das desonerações fiscais comprometeu progressivamente o superávit primário, o qual se converteu em sucessivos déficits a partir do segundo trimestre de 2014.

O governo central também freou os reajustes de preços dos combustíveis, por meio de subsídios da Petrobrás. Contornou os aumentos no preço da energia elétrica com subsídios da Eletrobrás e manteve o câmbio sob controle por meio de intervenções, controlando artificialmente as pressões inflacionárias, dirigindo a política macroeconômica orientado apenas pelo resultado esperado nas urnas. A manobra foi trágica e irremediavelmente nociva para a economia, não só pelo equívoco na condução da política macroeconômica, mas principalmente pela manutenção desta orientação equivocada.

O resultado foi uma intensa degeneração dos indicadores econômicos, como demonstra a série do IBGE-CBIC “Taxa de Variação - Setores e Construção Civil”, que teve início em 2007. O setor da construção civil demitiu 1,6 milhão de trabalhadores com carteira assinada desde 2014, conforme a Pesquisa Anual da Indústria da Construção do IBGE, o que representa um terço da força de trabalho do setor, ao mesmo tempo em que a CNI mostra o fechamento de 13,8 mil indústrias no país.

A queda do número de empregos é a expressão mais cruel da derrocada dos indicadores do setor. Com boa parte da carteira de projetos interrompida e sem investimentos em novas obras de infraestrutura, o setor enfrenta uma série ininterrupta de cinco anos de declínios seguidos em seus níveis de atividade, com retração acumulada de 24% até o segundo trimestre de 2018, de acordo com o IBGE.

O executivo central não demonstra ter capital político para fazer as reformas necessárias, revelando-se inoperante em questões essenciais, comprometendo ainda mais a credibilidade internacional do país, fato que tem desestimulado investidores, avessos ao risco. Outros fatores inibidores dos investimentos industriais agravam o panorama atual, em especial a elevada complexidade tributária e a crescente dívida pública, perto de 80% do PIB, fruto da carência de uma política fiscal responsável que afaste o país da rota da insolvência.

É notório, porém, que o segmento industrial, desde o terceiro trimestre de 2017, vive um período de uma tênue recuperação, alavancada principalmente pela formação bruta de capital fixo, com investimentos em “retrofits” e na modernização de plantas industriais existentes. As liberações dos saldos das contas inativas do FGTS e das cotas do fundo PIS-PASEP injetaram 59 bilhões de reais na economia, proporcionando recuperação do consumo das famílias, que também exerce influência na reativação industrial. Os recentes avanços na agenda macroeconômica, o controle da inflação e a queda da taxa básica de juros, são fatores importantes para dar fôlego ao orçamento das empresas e das famílias e estimular a volta do consumo.

A conjuntura econômica brasileira, no entanto, pode ser vista como mais positiva em 2018 do que se apresentava em 2017. Há um cenário internacional favorável, com crescimento dos países desenvolvidos e uma recuperação da economia chinesa, que beneficia o Brasil com a elevação do preço das commodities. No mês de julho deste ano, pela primeira vez desde 2011, as companhias de capital aberto brasileiras tiveram retorno maior do que a aplicação de renda fixa de menor risco no país. Pesam negativamente, porém, a elevação das taxas de juros pelo governo norte americano e a imposição de barreiras tributárias às importações de alguns produtos que compõem o portfólio de exportações brasileiro.

A recuperação da economia precisa estar ancorada no regresso dos investimentos, principalmente na construção civil industrial, com aumento da participação da iniciativa privada e redução da dependência de verbas e do governo federal. A retomada do crédito país e o retorno dos investimentos externos não ocorrerão, em curto prazo, mas dependerá de que o governo eleito tenha capacidade técnica e vontade política para corrigir os rumos da economia, mediante a implementação de políticas macroeconômicas consistentes, para que haja a retomada da rota da credibilidade e da previsibilidade, gerando expectativas necessárias para a concretização das inversões.

Em longo prazo também se dará a sustentabilidade para a sociedade brasileira, o que dependerá do correto investimento em educação pelo futuro governo, priorizando a educação de base, pois esta, além de abrir o caminho para a futura formação profissional (qualificação e aumento da produtividade da força de trabalho dos jovens), proporcionará melhorias na saúde da população (prevenção) e aumento da segurança pública (redução da criminalidade).

Entretanto, a manutenção de um governo desacreditado e impopular em uma sociedade dividida em torno interesses unilaterais (polarizada ideologicamente), tem gerado um sentimento negativo de apreensão em torno do cenário político tão incerto quanto temerário de sucessão presidencial. Segundo as mais recentes pesquisas, o eleitorado se divide entre os candidatos que melhor representam suas vaidades políticas, fazendo ressurgir o ego ferido por resquícios de controvérsias pregressas, sepultando as candidaturas que apresentam propostas mais consistentes e aderentes ao atual clima econômico, direcionando suas preferências por vias diversas da consciência política e econômica.

Independente de como estará composto o governo central a partir de 1º de janeiro de 2019, será imprescindível que consiga formar uma base no congresso nacional para a aprovação das reformas estruturais que o país necessita, já no primeiro semestre de 2019, aproveitando o capital político conquistado nas urnas.